



**Taller Nacional sobre “*Migración interna y desarrollo en Brasil: diagnóstico, perspectivas y políticas*”**

**30 de Abril 2007, Brasilia, Brasil**

Organizado por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe, CELADE-División de Población, con el apoyo y auspicio del Banco Interamericano de Desarrollo (BID)

***Urbanização, Metropolização e Mobilidade Espacial da População: Um breve ensaio além dos números***

Fausto Brito

## **Urbanização, Metropolização e Mobilidade Espacial da População: Um breve ensaio além dos números**

**Fausto Brito<sup>1</sup>**

O objetivo deste breve ensaio é refletir sobre as migrações para as grandes regiões metropolitanas no Brasil, assim como sobre a mobilidade populacional dentro delas, sem a preocupação, tão cara ao notável rigor dos demógrafos, de se prender aos números. Os riscos são inerentes e as conclusões podem ficar no terreno especulativo. Mas os objetivos, neste texto, são menos as conclusões e mais as perguntas. Principalmente, aquelas que podem ajudar a progredir neste difícil caminho teórico de compreender a mobilidade espacial da população no contexto atual da sociedade brasileira, em particular, nos grandes aglomerados metropolitanos. A tarefa não é fácil, são os primeiros passos. Mas, o objetivo está claro: caminhar no sentido da revisão das teorias das migrações com o propósito de torná-las mais adequadas à realidade brasileira atual.

O processo de urbanização no Brasil é recente e só se acelerou na segunda metade do século passado. Foi somente na década de sessenta que a população urbana superou a rural. A grande novidade, no caso brasileiro, foi a velocidade do processo de urbanização, muito superior à dos países capitalistas mais avançados. Somente, na segunda metade do século XX, a população urbana passou de 19 milhões para 138 milhões, multiplicando-se 7,3 vezes, com uma taxa média anual de crescimento de 4,1%. Nessa última metade de século passado, a cada ano, em média, 2,4 milhões de habitantes eram acrescidos à população urbana.

Esse acelerado processo de urbanização era parte das profundas transformações estruturais que passavam a sociedade e a economia brasileira. De fato, era a própria sociedade brasileira que se transformava cada vez mais em urbana, tornando irreversível a hegemonia das cidades, não só como o *locus* privilegiado das atividades econômicas e da residência da população, mas também como centro de difusão dos novos padrões de relações sociais – inclusive as relações de produção – e estilos de vida. Era o Brasil moderno, urbano-industrial, que se sobrepunha ao Brasil arcaico, gerando uma síntese singular: desenvolvimento econômico e social com fortes desequilíbrios regionais e agudos desequilíbrios sociais.

Essas particularidades da economia e da sociedade brasileira serviram de pano de fundo para o fantástico movimento migratório da população. Somente entre 1960 e o final dos anos oitenta, estima-se que saíram do campo em direção às cidades quase 43 milhões de pessoas, incluindo o efeito indireto da migração, ou seja, os filhos tidos pelos migrantes rurais nas cidades. Trata-se de um deslocamento populacional gigantesco, num breve espaço de tempo, o que bem qualifica o acelerado processo de urbanização que passava a sociedade brasileira (1).

As migrações internas redistribuíam a população do campo para as cidades, entre os estados e entre as diferentes regiões do Brasil, inclusive para as fronteiras agrícolas em expansão, onde as cidades eram o pivô das atividades econômicas. Mas o destino fundamental dos migrantes que abandonavam os grandes reservatórios de mão de obra – o Nordeste e Minas Gerais – era as grandes cidades, particularmente, os grandes aglomerados metropolitanos em formação no Sudeste, principalmente, São Paulo.

As migrações definiram a tendência à concentração populacional nos grandes aglomerados metropolitanos. Em 1970, contabilizava-se uma população de cerca de 93 milhões de habitantes para o país. Aproximadamente um terço desse total tinha como residência os municípios

---

<sup>1</sup> Professor e pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Agradeço a Camila do Couto Seixas, assistente de pesquisa, a sua importante colaboração.

pertencentes às aglomerações metropolitanas. Considerando-se somente a população urbana, essa proporção chega quase aos cinquenta por cento (2).

Levando em conta que foi somente na década de sessenta que a população urbana superou a rural, pode-se afirmar que a transformação urbana no Brasil foi tão acelerada que fez coincidir, no tempo, a urbanização, a concentração da população urbana e a metropolização.

Os grandes aglomerados metropolitanos tinham dentro dos seus limites, em 2000, um terço da população total do país e 41% da população urbana. Respondiam, também, por quase 40% do crescimento da população total e por um terço da população urbana. Essas proporções, sem dúvida, já foram maiores nas três décadas anteriores, mas nem por isso deixam de se extremamente expressivas (3).

Vale a pena refletir sobre o papel das migrações internas dentro do processo de urbanização. Elas foram decisivas para alinhar e integrar territorialmente a sociedade brasileira na segunda metade do século XX. Com a expansão dos sistemas de transporte e comunicação, os migrantes fluíram aceleradamente, contribuindo para a estruturação de um sistema de cidades de dimensão nacional, comandado pelos grandes aglomerados metropolitanos. A presença do Estado, no caso, foi preponderante, tanto nas políticas que condicionavam a alocação espacial dos investimentos públicos e privados, quanto na expansão da fronteira agrícola e mineral.

Os fluxos migratórios, que contribuíam para consolidar o sistema de cidades, intensificaram-se com o desenvolvimento da economia e da sociedade entre 1950 e 1980. A tradição migratória, enraizada na cultura brasileira, abria a perspectiva de articular a mobilidade espacial com a mobilidade social. Aliás, era essa a única alternativa de mobilidade social para a grande maioria da população brasileira (4). Os caminhos percorridos pelos migrantes através dos sistemas de cidades, que levavam, prioritariamente, aos grandes aglomerados metropolitanos, traziam a esperança, nem sempre efetivada, de uma melhoria das suas condições de vida.

As grandes cidades, as metrópoles, em particular, eram a meta para qual se orientavam os migrantes na perspectiva de sua sobrevivência social. Com o desenvolvimento acelerado da economia, os empregos e as ocupações se multiplicavam e a esperança dos migrantes podia, muitas vezes, se transformar em realidade.

Os grandes aglomerados metropolitanos eram os lugares, por excelência, onde era possível viabilizar a articulação entre mobilidade espacial e mobilidade social. Mesmo que houvesse um “tempo de adaptação” e as diferentes “portas de entrada” para a sociedade e economia urbana fossem mais ou menos eficazes.

Essa era a grande característica do padrão migratório que prevaleceu até os anos oitenta: o desenvolvimento da economia e da sociedade abria caminhos para a articulação da mobilidade espacial, ou da migração, com a mobilidade social. Mudar de residência com a família para um outro município ou estado era uma opção social consagrada pela sociedade, estimulada pela cultura e com a possibilidade de se obter algum êxito na melhoria de vida (5).

Contudo, a história mostrou que eram muitos os migrantes, mas nem todos conseguiam transformar a sua esperança em realidade, apesar do dinamismo da economia e da abertura propiciada pelas mudanças sociais. Entretanto, não há como desconhecer que as migrações para os grandes aglomerados metropolitanos que se formavam, tinham, até a década de oitenta, um significado extremamente relevante e particular. Não só do ponto de vista estritamente demográfico, enquanto contribuição para o crescimento populacional, mas também pelas alternativas sociais abertas para os migrantes. Para alguns, pelo menos.

A partir da década de oitenta, a migração para os grandes aglomerados metropolitanos começava a sofrer os impactos das crises econômicas sucessivas, com suas intensas

repercussões sociais que se manifestavam, claramente, nesses lugares de destino preferencial dos migrantes.

Do ponto de vista demográfico, observa-se uma redução na velocidade do crescimento dos grandes aglomerados metropolitanos. Além do declínio rápido e generalizado das taxas de fecundidade, houve uma redução e redirecionamento de parte das migrações internas para as cidades médias não metropolitanas. Em 2000, residiam nas cidades entre em 100 e 500.000 habitantes 17,3% da população urbana brasileira, proporção semelhante aos dos residentes nos aglomerados metropolitanos, com exceção dos núcleos (6).

Esse argumento é demograficamente irrefutável, torna evidente a desconcentração populacional, mas está distante de provar qualquer processo de desmetropolização da sociedade brasileira. A hegemonia dos grandes aglomerados metropolitanos dentro da estrutura urbana brasileira continuava, e continua sendo, fundamental.

Deve ser destacado que as capitais, ou os núcleos dos aglomerados, tem tido uma redução bastante acentuada do ritmo do seu crescimento populacional. As maiores cidades brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, nas duas últimas décadas do século XX, tiveram um crescimento anual extremamente baixo. Nessa direção caminhavam todos os núcleos dos aglomerados metropolitanos, em parte pelo acentuado declínio das taxas de fecundidade, mas, na maioria das vezes, pela redução dos seus saldos migratórios (7).

Os outros municípios metropolitanos, além das capitais, tiveram nos anos setenta e oitenta um crescimento espetacular. Ele ainda se mantém bastante alto, apesar de declinante, pois também sofre o impacto do declínio da fecundidade e da redução das migrações. Mesmo assim, nas duas últimas décadas, a velocidade do seu crescimento permaneceu em torno de 3,0% ao ano.

A crise econômica vivenciada pelo país, com uma grande redução da oferta de empregos, somada à profunda crise social urbana, que tem afetado, em particular, os grandes aglomerados metropolitanos, tem funcionado como “freio” à tendência a uma hipermetropolização. Entretanto, não pode deixar de ser sublinhado: na década de 90 houve uma substancial desaceleração na queda das taxas de crescimento do conjunto dos aglomerados metropolitanos, possibilitando, um aumento no incremento médio anual da sua população de 899.481 habitantes, na década anterior, para 985.418 (8).

Uma nova característica pode, então, ser acrescentada à grande especificidade do processo de urbanização no Brasil, ou seja, a simultaneidade do processo de urbanização com a concentração nas grandes cidades e com a metropolização. Dentro dos aglomerados metropolitanos, tem havido uma notável tendência a um maior crescimento dos municípios periféricos em relação às capitais, evidenciando um processo de inversão espacial do comando do crescimento demográfico metropolitano.

Essa inversão espacial tem sido grandemente alimentada pelos saldos migratórios negativos das capitais com os outros municípios metropolitanos. Em outras palavras, tem havido uma grande evasão populacional das capitais para as periferias metropolitana, evidente desde a década de oitenta.

Esse fenômeno é fundamental. A expansão metropolitana se define pela sua conformação espacial horizontal ou, em outras palavras, pelo seu contexto intrametropolitano. Ela se define também pela sua integração, regional e nacional, no sistema de cidades, o que será analisado posteriormente.

O grande aglomerado metropolitano envolve mais do que uma mera conurbação de municípios. É um território contíguo, sustentado pelos sistemas de transportes e comunicações, com uma grande integração funcional e intensas redes de interações entre as cidades metropolitanas.

Essas cidades se articulam através de uma hierarquia, tendo as capitais, ou os núcleos metropolitanos, como primazes.

Esse sistema integrado, hierarquizado e diversificado se constitui em um espaço social estruturado segundo os interesses dos atores sociais hegemônicos regulados pelo Estado. A estruturação e reestruturação desse espaço tem sido, no caso brasileiro, fortemente condicionadas pelos interesses do capital imobiliário, garantidos, regra geral, pelas políticas públicas.

Como conseqüência, tem havido uma intensa mobilidade da população, principalmente a mais pobre, à procura de imóveis adequados à sua renda. Essa mobilidade residencial ocorre não só dentro dos limites das capitais, mas transborda em direção aos municípios vizinhos metropolitanos. Essa mobilidade tem gerado, nos núcleos metropolitanos, um saldo migratório negativo. Saldo este que pode ser compreendido dentro de um processo de metropolização da pobreza, pois os emigrantes das capitais são, em grande maioria, os pobres.

Pode-se argumentar que a alocação espacial das atividades econômicas dentro do espaço metropolitano gerou, também, um mercado de trabalho metropolitano. E, como conseqüência, uma mobilidade da força de trabalho em direção a uma maior proximidade do emprego. Nas primeiras décadas de formação dos aglomerados metropolitanos, esse fenômeno foi claramente observado. Mas, atualmente, a ele se sobrepõe a mobilidade espacial derivada da separação entre o lugar de residência e o lugar de trabalho ou, mais amplamente, uma separação entre o lugar de residência do trabalhador e os diferentes lugares indispensáveis à sua reprodução e da sua família. Em outras palavras, os locais de trabalho, consumo, educação, serviços sociais, lazer, etc.

Essa diversificação espacial dos lugares indispensáveis à reprodução da força de trabalho metropolitana soma, à mobilidade residencial, a mobilidade pendular, que obriga a população metropolitana, principalmente a mais pobre, a se deslocar, diariamente, entre os municípios metropolitanos e a capital e vice-versa.

Mais uma novidade pode ser acrescentada ao processo de urbanização no Brasil, além da simultaneidade da concentração da população urbana e da metropolização. A transferência do comando do crescimento demográfico da metrópole do núcleo para os outros municípios é o resultado de uma grande emigração, principalmente, dos mais pobres, das capitais em direção aos outros municípios metropolitanos.

Certamente, existe também uma mobilidade espacial de segmentos da população com níveis de renda mais altos, que trabalham na capital e têm se deslocado para alguns municípios vizinhos para residir, principalmente, em condomínios fechados. Trata-se da mobilidade de um contingente populacional muito menor do que o dos mais pobres.

Há também o caso das favelas tradicionais, que possibilitam, muitas vezes, uma maior proximidade entre a residência e o trabalho. Entretanto, elas já têm uma densidade demográfica extremamente alta, além de um mercado imobiliário rigoroso e com barreiras à entrada, e muitas vezes, à saída, impostas pelos detentores do poder político local.

Os migrantes que chegam aos aglomerados metropolitanos estão sujeitos às mesmas dificuldades impostas à população metropolitana pelos mercados de trabalho e imobiliário. A estratificação social é seletiva, não só para os imigrantes, mas para toda a população. Do ponto de vista social e econômico, os migrantes e os não migrantes se tornaram indiferenciados.

Pela posição hegemônica no sistema de cidades regional ou nacional, os aglomerados metropolitanos têm continuado a receber, ainda que em menor número, migrantes do interior do estado onde estão localizados ou de outras unidades da federação. A região metropolitana de

São Paulo (RMSP) é um caso exemplar, pois tem uma posição privilegiada dentro do sistema de cidades, tanto no plano regional, quanto no nacional. É a que tem recebido, pelo menos até 2000, o maior número de imigrantes.

Considerando, em primeiro lugar, os dados dos migrantes de data fixa, 1986/91, a RMSP tinha um saldo migratório positivo, nessa época, alimentado pelos migrantes interestaduais, pois o seu saldo com o interior paulista já era negativo. Nota-se um nítido processo de desconcentração populacional na direção do interior do estado, acompanhando, em parte, a desconcentração econômica. Entretanto, apesar do seu saldo interestadual ser positivo, o volume dos seus emigrantes interestaduais é bastante expressivo, sendo superior aos das outras principais regiões metropolitanas. A emigração estava, em grande parte, alimentada pelos migrantes de retorno (9).

Comparando com os dados de 1995/2000, os saldos migratórios de todas as grandes regiões metropolitanas eram positivos. A única exceção era, justamente, São Paulo, com um notável saldo negativo, provocado pela continuidade da desconcentração populacional em direção ao interior paulista e pela emigração de retorno para outros estados. O saldo interestadual, que diminuiu substancialmente em função do retorno de migrantes, já não foi suficiente para compensar a perda populacional para o interior do estado (10).

A metrópole paulista têm no Nordeste a sua principal fonte de imigrantes, assim como ele, junto com Minas Gerais, têm sido o destino prioritário do seus emigrantes, dando continuidade à migração de retorno já observada desde os anos oitenta.

O aumento da seletividade migratória provocado pelas adversidades dos mercados imobiliário e de trabalho, assim como o aumento da emigração de retorno não são uma característica exclusiva de São Paulo, mas de todos os grandes aglomerados metropolitanos (11).

Vale a pena lembrar que as PNADs 2004 e 2005 sugerem um saldo migratório negativo para o estado de São Paulo em seu conjunto, certamente comandado pelo saldo negativo da sua região metropolitana.(12).

Apesar da inércia que mantém ainda uma parcela de imigrantes do Nordeste e de Minas Gerais, o aglomerado metropolitano de São Paulo, assim como os do Sudeste, em geral, têm perdido a sua histórica importância migratória. Mas, não eram eles, principalmente a metrópole paulista, o destino prioritário dos migrantes? Quais são as mudanças que têm ocorrido no padrão migratório que prevaleceu até os anos oitenta e quais as suas conseqüências para os grandes aglomerados metropolitanos?

A partir de 1980, os fundamentos do padrão migratório foram fortemente afetados. As profundas transformações que têm passado a economia e a sociedade brasileira têm mostrado os seus reflexos nos grande aglomerados metropolitanos. A tradição migratória brasileira não desapareceu, até porque a rigidez da estrutura social brasileira ainda impõe a migração como a única alternativa para se “melhorar de vida” ou “ascender socialmente”.

Entretanto, a ampliação das telecomunicações, hoje mais abrangente do que antes, assim como as redes de interação social, têm tido um efeito contrário: as grandes virtudes das grandes cidades desapareceram diante da violência urbana, do desemprego, das dificuldades de acesso aos serviços públicos básicos e à moradia. As externalidades positivas das grandes cidades, das regiões metropolitanas, em particular, que tanto atraíam os migrantes, foram superadas pelas externalidades negativas, comprometendo a esperança do migrante de traduzir em realidade a sua “ilusão de melhorar de vida”.

Com se não bastasse, a redução excepcional da capacidade de geração de emprego e de novas oportunidades ocupacionais, objetivamente, descolou a mobilidade espacial da mobilidade

social. O mercado de trabalho tornou-se rígido, com uma cadeia de pré-requisitos educacionais e de treinamento, extremamente excludentes para a grande maioria da população migrante. Hoje não é possível mais para o migrante sair do interior nordestino, ir para São Paulo e lá conseguir alguma forma de ascensão social, mesmo dentro dos estreitos limites da classe trabalhadora. Mais ainda, a sociedade urbana, mais competitiva e cada vez menos solidária, assombrada com a barbárie que tem predominado nas relações sociais, aumentou os seus mecanismos de discriminação e de exclusão dos mais pobres. A discriminação e as barreiras ao livre trânsito dos migrantes têm sido frequentes e exacerbam os mecanismos de seletividade (13).

Em síntese, os fundamentos econômicos, sociais e culturais do padrão migratório que prevaleceu até a década de oitenta foram fundamentalmente comprometidos. Portanto, a sua estruturação como caminhos sociais dentro do sistema de cidades, mecanismo fundamental para a mobilização e integração social dos migrantes, perdeu muito do seu vigor. A migração de retorno, que se generalizou nas grandes regiões metropolitanas, é um novo caminho na contramão da possibilidade de ascensão social para o migrante. A sociedade e a economia mobilizam grande parte dos migrantes na região metropolitana, hoje um “grande excedente demográfico” não absorvido economicamente e socialmente, para o caminho de volta, o retorno, ou para se deslocar para as periferias mais distantes dos municípios metropolitanos. Em ambos os casos, seja para o migrante ou para o não migrante, significa exclusão social. Que hoje, nas grandes metrópoles significa, também, exclusão espacial.

Não é surpreendente que muitos continuem migrando para São Paulo, ou qualquer outro grande centro urbano. É a força da inércia das trajetórias migratórias, construídas durante mais de meio século, como o único caminho para a sobrevivência social. Elas podem se manter, mesmo que as condições objetivas se tornem desfavoráveis. Mas serão, sem dúvida, cada vez menos migrantes a percorrê-las com a mesma motivação que prevalecia até os anos oitenta.

A inércia estrutural das trajetórias explica uma parte da migração para os grandes aglomerados metropolitanos. Não podem ser omitidas as péssimas condições econômicas e sociais que persistem em muitas regiões no Nordeste, em Minas Gerais e em muitas outras regiões brasileiras. Migrantes “potenciais” ainda são mantidos pelas desigualdades sociais e pelos agudos desequilíbrios sociais que ainda prevalecem no Brasil. Neste caso, a migração de alto risco para as regiões metropolitanas é uma alternativa, não mais para a mobilidade ou ascensão social, mas para a mera sobrevivência. Torna-se uma migração datada, já não é mais uma mobilidade familiar com o objetivo de se mudar de residência, contando com o tempo ao seu lado. Pelo contrário, é uma migração, na sua grande maioria, de curto prazo para melhorar de vida, não no lugar de destino, mas para contribuir para a sobrevivência no lugar de origem.

O processo migratório para os grandes aglomerados metropolitanos se tornou social e economicamente distinto do que prevaleceu até os anos oitenta. Demograficamente, os censos demográficos e as PNADs se encarregam de enumerar os migrantes. Ainda são muitos, mas percorrem caminhos sociais e econômicos muito diferentes daqueles dos anos sessenta e setenta do século passado. Os grandes aglomerados metropolitanos impõem, hoje, pelas características da sua própria expansão, um novo conteúdo à migração.

A intensa mobilidade residencial dos pobres, a exclusão para as periferias, a mobilidade pendular, a emigração ou reemigração para os municípios vizinhos, a infra-estrutura inadequada para atender as necessidades mínimas de seus habitantes são fenômenos típicos de uma metrópole fragmentada socialmente, que incorporou ao seu espaço as grandes desigualdades sociais.

Os grandes aglomerados metropolitanos se fragmentaram socialmente, projetando no espaço as desigualdades e os conflitos. A violência atemorizante, muitas vezes, alcança o limiar de uma guerra civil, onde os espaços públicos se diluem pela ausência do poder do Estado.

As grandes metrópoles passaram a ser, para os migrantes que chegam ou para aqueles que dentro dela se movem, acima de tudo, um conjunto de riscos na busca da sobrevivência com uma grande possibilidade de insucesso. Não é sem motivo que a reemigração, o retorno e a migração de curto prazo se transformam em opções para os migrantes, mesmo para aqueles que, na sua região de origem, pouco têm para a uma sobrevivência digna. Mas, o migrante e o processo migratório não podem mais ser compreendidos com os mesmos conceitos e as mesmas teorias que melhor se adaptavam ao padrão migratório prevalecente até a década de oitenta. Eis a grande conclusão derivada das perguntas postas por este pequeno ensaio. Se elas contribuíram, de fato, para essa conclusão, ele cumpriu o seu limitado objetivo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) CARVALHO, José A.; FERNANDES, Fernando. **Estimativas dos saldos migratórios e taxas líquidas de migração das Unidades da Federação e grandes regiões do Brasil**. 1994. Disponível em: <[www.cedeplar.ufmg.br](http://www.cedeplar.ufmg.br)> Acesso em: 24/04/2007.
- (2) IPEA, NESUR-IE-UNICAMP, IBGE. **Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil**. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1999. v.1.
- (3) BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, 57, USP, 2006.
- (4) BRITO, Fausto. Brasil, final do século: a transição para um novo padrão migratório. In: CARLEIAL, Adelita (org.). **Transições migratórias**. Fortaleza: Iplance, 2002.
- (5) BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, 57, USP, 2006.
- (6) BRITO, Fausto. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **Revista Perspectiva**, São Paulo: Fundação Seade, jan. 2006.
- (7) BRITO, Fausto; MARQUES, Denise. As grandes metrópoles e as migrações internas: um ensaio sobre o seu significado recente. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 4, **Anais...** Rio de Janeiro: ABEP, 2006.
- (8) BRITO, Fausto; MARQUES, Denise. As grandes metrópoles e as migrações internas: um ensaio sobre o seu significado recente. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 4, **Anais...** Rio de Janeiro: ABEP, 2006.
- (9) BRITO, Fausto; MARQUES, Denise. As grandes metrópoles e as migrações internas: um ensaio sobre o seu significado recente. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 4, **Anais...** Rio de Janeiro: ABEP, 2006.
- (10) BRITO, Fausto; MARQUES, Denise. As grandes metrópoles e as migrações internas: um ensaio sobre o seu significado recente. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 4, **Anais...** Rio de Janeiro: ABEP, 2006.
- (11) BRITO, Fausto; MARQUES, Denise. As grandes metrópoles e as migrações internas: um ensaio sobre o seu significado recente. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 4, **Anais...** Rio de Janeiro: ABEP, 2006.
- (12) BRITO, Fausto; CARVALHO, José Alberto Magno. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos censos demográficos e pelas PNADs recentes. In: **Seminário do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos**, Brasília, 2006.
- (13) BRITO, Fausto. Brasil, final do século: a transição para um novo padrão migratório. In: CARLEIAL, Adelita (org.). **Transições migratórias**. Fortaleza: Iplance, 2002.